



PERSPECTIVAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 11, Nº 1, 2026 P. 142-150
ISSN: 2448-2390

A reconfiguração da natureza humana pela via da alteridade: desafios éticos e políticos de uma antropologia filosófica fundada na intersubjetividade

RUKGABER, Matthew. *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology*. London: Bloomsbury Academic, 2025. 252 p.

The reconfiguration of human nature through otherness: ethical and political challenges of a philosophical anthropology grounded in intersubjectivity

RUKGABER, Matthew. *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology*. London: Bloomsbury Academic, 2025. 252 p.

DOI: 10.20873/rpvn10v2-54

Fábio Luiz Nunes

ORCID: 0000-0003-0784-1921

E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br

Resumo

O presente texto avalia a obra *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology*, de Matthew Rukgaber, lançada em 2025. O livro defende a tese do *Homo alter*, localizando a natureza humana na dependência afetiva e fisiológica recíproca e rejeitando critérios puramente cognitivos de humanidade. A discussão atravessa o uso que o autor faz da fenomenologia e do naturalismo inclusivo para contestar paradigmas excludentes. Todavia, são apontadas fragilidades na articulação política do argumento, especificamente a carência de recortes materiais, feministas e decoloniais na universalização da afetividade proposta. O trabalho encerra indicando a relevância do livro para os estudos sobre deficiência e ética, não obstante as lacunas teóricas verificadas quanto à historicidade concreta das estruturas de poder e dominação.

Palavras-chave

Antropologia filosófica. Alteridade. *Homo alter*.

Abstract

This review assesses the book *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology* by Matthew Rukgaber, published in 2025. The book argues for the *Homo alter* thesis, locating human nature in reciprocal affective and physiological dependence while rejecting purely cognitive criteria for humanity. The discussion examines the author's use of phenomenology and inclusive naturalism to challenge exclusionary paradigms. However, limitations are noted regarding the political articulation of the argument, specifically the absence of materialist, feminist, and decolonial frameworks within the proposed universalization of affectivity. The review concludes by highlighting the book's relevance for disability studies and ethics, notwithstanding the theoretical gaps identified regarding the concrete historicity of power and domination structures.

Keywords

Philosophical anthropology. Alterity. *Homo alter*.

Historicamente centrada na autossuficiência do *eu*, a ontologia do sujeito manifesta sua incompletude diante da primazia da alteridade: a subjetividade não precede o encontro, mas se forja na exposição radical ao outro, em que a ética antecede a ontologia. É como reflete o filósofo francês Emmanuel Lévinas (2008). Essa prioridade relacional, na qual o *tu* conserva anterioridade ontológica sobre o *eu* e inaugura a possibilidade do ser, estabelece afinidade com a filosofia de Martin Buber (2001), para quem “no princípio é a relação” e a existência autêntica se realiza no acontecimento do “entre”, afastando-se da objetificação do mundo. O entrelaçamento apoia-se na corporeidade fenomenológica, em que a apreensão sensível do mundo se dá pela coexistência e pela intercorporeidade, de modo que o sujeito se configura como um ser-no-mundo com outrem, segundo as análises de outro importante pensador da alteridade, Maurice Merleau-Ponty (1999). Sobre esse terreno de intersubjetividade radical, ergue-se a obra *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology*, de Matthew Rukgaber, publicada pela Bloomsbury Academic em 2025. Estruturada em introdução e sete capítulos e ainda sem tradução para o português, a obra defende a tese do *Homo alter*, sustentando que a diferença antropológica se ancora na dependência afetiva e fisiológica em relação aos pares.

Matthew Rukgaber é um filósofo estadunidense vinculado à Eastern Connecticut State University, onde leciona no departamento de ciência política, filosofia e geografia. Obteve doutorado na University of Illinois at Urbana-Champaign em 2009, com um trabalho dedicado à ontologia e à estrutura formal da ótica da primeira pessoa em Kant. Seu percurso intelectual atravessa a história da filosofia moderna (em particular, o idealismo alemão e a tradição kantiana) e a fenomenologia contemporânea, com incursões na filosofia da cultura e do cinema. Na obra objeto desta recensão, Rukgaber realiza uma síntese teórica que mobiliza o naturalismo filosófico, a antropologia filosófica alemã (especialmente Arnold Gehlen), e a fenomenologia francesa, com o objetivo de confrontar tendências desumanizadoras herdadas de certas antropologias.

Na introdução e no primeiro capítulo, intitulado “Philosophical anthropology and naturalism: an introduction to *Homo alter*”, Rukgaber (2025) apresenta o conceito de *Homo alter*¹ com o desígnio de estabelecer uma antropologia filosófica inclusiva e rigorosamente naturalista. Nesse ponto, o autor rejeita as definições segregacionistas que localizam a humanidade em competências cognitivas superiores ou em uma cisão ontológica com a natureza, asseverando, porém, que a especificidade humana repousa na dependência afetiva e fisiológica intrínseca perante o outro. Com isso, o autor faz objeção à tradição da antropologia filosófica alemã, sobretudo às vertentes de Scheler e de Plessner, as quais, consoante Fischer (2014), alocam o humano em uma “excentricidade” ou hiato diante do vital, preservando resquícios metafísicos e antinaturalistas dos quais Rukgaber (2025) se distancia. A obra coaduna-se com um naturalismo não reduutivo, análogo ao “naturalismo emancipatório” debatido por Peterson (2010), que busca apreender o humano no interior do continuum evolutivo sem render-se ao materialismo

¹ Cunhada por Rukgaber (2025), essa noção propõe uma antropologia filosófica inclusiva que não define o humano por capacidades cognitivas superiores ou instrumentais, senão por sua constituição biológica e afetiva fundamentalmente relacional. Segundo essa premissa, a especificidade humana reside na dependência fisiológica e psíquica profunda em relação ao outro, manifesta desde o nascimento por meio de uma orientação intrínseca para a intersubjetividade e para os vínculos sociais normativos.

eliminativista.² O autor resenhado censura o que chama de “ilusão antropológica” e o idealismo transcendental que convertem o sujeito em fundamento do real; nesse aspecto, ele resgata Ludwig Feuerbach como precursor de uma antropologia baseada na sensibilidade e na comunhão, que promove a inclusão de todos os membros da espécie na categoria de humano, independentemente de suas capacidades intelectuais (Rukgaber, 2025).

Em “Humans and tools: philosophical anthropology’s search for human nature”, o segundo capítulo, Rukgaber (2025) esquadrinha a proposição do *Homo faber*, reputando-a insuficiente por se centrar na racionalidade instrumental e na manufatura de utensílios como atributos definidores da humanidade como condição. O autor discute as críticas de Bergson, Scheler e Plessner ao *Homo faber*, insinuando que, apesar de favorecerem uma lógica pragmática, esses teóricos reintroduzem dualismos ao recorrerem ao “espírito” ou a uma “intuição” supraintelectual como insígnia do humano. Por outro lado, o filósofo resenhado reabilita a antropologia elementar de Arnold Gehlen,³ interpretando a “deficiência” instintiva e a profusão de impulsos do ser humano como base biológica para a dependência compulsória de estruturas sociais e instituições, e não como carência negativa. É possível notar que essa interpretação se aproxima da tese do *Homo alter*, pelo que a lógica singular da vida humana se acha na orientação afetiva e comunicativa para as outras pessoas, tendo como obstáculos processos de desumanização e de exclusão social. Dessa maneira, para Rukgaber (2025), a dependência do outro eclode como dado

² Trata-se de uma vertente radical do fisicalismo na filosofia da mente, defendida notadamente por teóricos como Paul e Patricia Churchland. Essa tese defende que a compreensão do senso comum sobre a mente (a chamada “psicologia popular”, composta por estados como crenças, desejos e intenções) é uma teoria fundamentalmente falsa e obsoleta. Para os eliminativistas, tais estados mentais não possuem correspondência na realidade neurobiológica e não devem ser reduzidos, mas sim totalmente eliminados do discurso científico, sendo substituídos por uma explicação estritamente neurocientífica.

³ Filósofo e sociólogo alemão, Arnold Gehlen (1904-1976) é reconhecido por ser um dos maiores expoentes da antropologia filosófica contemporânea, ao lado de Max Scheler e Helmuth Plessner. Sua principal obra, *O homem (Der Mensch)*, 1940, adota a concepção do ser humano como um “ser de carências” ou um “ser deficitário” (*Mängelwesen*). Segundo Gehlen, por conta da ausência de especialização orgânica e da insegurança instintiva, o humano é biologicamente compelido a produzir a cultura e as instituições para garantir sua sobrevivência e estabilidade no mundo.

biológico e ontológico primário, precedente a qualquer aptidão cognitiva isolada ou capacidade técnica.

No terceiro capítulo, nomeado “The child as human: Merleau-Ponty’s philosophical anthropology”, Rukgaber (2025) recusa as concepções antropológicas fundamentadas na racionalidade adulta, pois estas segregam crianças e pessoas com deficiências cognitivas do escopo do humano. O autor recorre à fenomenologia de Merleau-Ponty para sustentar que a percepção original ou infantil se regula de modo inerentemente social e afetivo, mediante uma “atitude categorial” pré-reflexiva que possibilita que o sujeito habite normas institucionais e papéis sociais antes da plena autoconsciência. Certamente, essa leitura sublinha a dependência ontológica do ser humano face ao outro, em consonância com a ideia de que a identidade social resulta da interação e da internalização de categorias externas, um processo de construção do *eu* por meio do espelhamento e da negociação de pertencimento, essencial para a formação de grupos (ver, por exemplo, Zevallos, 2023). A biologia humana, não sendo puramente instintiva, apresenta uma plasticidade que demanda o complemento cultural, algo que remete à noção de uma ontologia estratificada na qual a dependência difusa do nível biológico suporta a emergência de níveis culturais sem incorrer em reducionismos, como afirma Peterson (2010).

Em sequência, o quarto capítulo, “Nostalgia for the home, dehumanizing the unfamiliar, and institutional essentialism”, problematiza a ontologização do “lar” e do “universo familiar” identificada nas obras de Heidegger, Bollnow e Steinbock. Rukgaber (2025) parte do pressuposto de que a idealização saudosa do espaço doméstico e a fixação na segurança institucional fomentam a desumanização do estranho e do nômade, limitando a existência humana a uma lógica defensiva. O autor censura a guinada tardia de Arnold Gehlen, que teria deturpado sua própria teoria institucional por priorizar o impulso agressivo e a necessidade de estabilização biológica em detrimento da abertura comunicativa. Essa operação de delimitação espacial do *nós* em oposição a um *eles*

ameaçador elucidada, de certo modo, os mecanismos geográficos de produção de alteridade, nos quais a fronteira vale-se como dispositivo performativo que engendra uma distinção binária e hierárquica entre o grupo interno e o externo, estigmatizando quem se posiciona fora do domínio territorial normativo (Staszak, 2020). Assim, a objeção de Rukgaber (2025) à essencialização do lar vai ao encontro de uma perspectiva de desconstrução das assimetrias de poder intrínsecas à fabricação discursiva e espacial do outro (Staszak, 2020; Zevallos, 2023).

“Attachment, the unconscious, and the unfamiliar”, por sua vez, é o quinto capítulo dessa obra. Nele, Rukgaber (2025) busca compreender a formação da subjetividade humana através da *teoria do apego* de John Bowlby,⁴ argumentando que a dependência infantil e a angústia diante do estranho são fundantes para a mente humana, deslocando a centralidade das moções pulsionais recalcadas propostas por abordagens psicanalíticas clássicas. O autor reinterpreta o inconsciente como um “inconsciente de apego”, no qual a relação com o cuidador e a subsequente reação ao desconhecido fundam as bases da segurança do sujeito, fenômeno que Staszak (2020) descreve como a demarcação de fronteiras identitárias que segregam o *eu* do outro através da disparidade de poder e da categorização espacial. Já o capítulo seis, “The sexual human: Plessner and the pansacramentalism of the body”, submete ao escrutínio crítico a tese de Helmuth Plessner sobre o que se denominou *pansacramentalismo*, que postula uma dimensão ontológica para o dimorfismo sexual. Como se pode depreender, Rukgaber (2025) rejeita essa concepção por considerá-la excludente e normativa, defendendo, em seu lugar, uma “perversidade polimorfa” fenomenológica que legitima corpos e sexualidades não hegemônicos. Trata-se de uma revisão que expande o conceito de *posicionalidade*

⁴ John Bowlby entende que a busca por proximidade física e emocional com uma figura de cuidado representa um imperativo comportamental primário, dissociado da satisfação de necessidades alimentares. Esse vínculo configura uma “base segura” fundamental para a regulação da angústia e para a exploração do ambiente, de modo que a resposta ao estranho e a formação da subjetividade dependem da qualidade dessa interação inicial.

*excêntrica*⁵ para além das restrições biológicas originais, conforme a leitura da antropologia filosófica enquanto disciplina da crise e da abertura (Fischer, 2014).

A sétima seção do livro, “Philosophical anthropology as humanism?”, encerra a obra com uma defesa relevante, porém reformulada, do humanismo, contrapondo-se a correntes anti-humanistas que decretam a “morte do homem”. O filósofo norte-americano propõe um *humanismo transnatural* centrado na figura do *Homo alter*, o ser cuja essência repousa na orientação constitutiva para a alteridade e na capacidade de ultrapassar determinações biológicas imediatas através de instituições simbólicas. Essa proposição de um sujeito que se realiza na intersubjetividade e na autotranscendência converge diretamente com a noção de que a pessoa não é uma mônada isolada; ao contrário, constitui uma entidade que emerge e se sustenta na vida comum e na manifestação presencial diante de outrem (Hart, 1992). Rukgaber (2025) sustenta que a antropologia filosófica deve assumir um compromisso ético e político com a inclusão, pelo que recusa reducionismos naturalistas e essencialismos culturais, afirmando a dignidade humana na vulnerabilidade e na dependência mútua, em vez de na autonomia racionalista ou na soberania do *eu* (Staszak, 2020).

Rukgaber (2025) constrói uma reflexão robusta por reposicionar a antropologia filosófica sob a égide do *Homo alter*, questionando paradigmas excludentes por meio de um naturalismo inclusivo. A crítica do autor ao intelectualismo e sua defesa da primazia afetiva representam um avanço significativo para a disciplina. É possível, no entanto, apontar certas vulnerabilidades na articulação política dessa antropologia. Peterson (2010), no momento em que discute a distinção entre naturalismo conservador e emancipatório, alerta que a simples mudança das fronteiras entre o biológico e o social não dissolve automaticamente o dualismo cartesiano subjacente. Mesmo que Rukgaber

⁵ Categoria fulcral na obra de Plessner, a posicionalidade excêntrica define a estrutura ontológica humana pela ruptura com o centramento animal imediato. O ser humano caracteriza-se por *ser* um corpo (*Leib*) e, simultaneamente, *ter* um corpo (*Körper*), fato que impõe um distanciamento reflexivo de si e do mundo circundante. Essa condição habilita a objetivação da própria vivência e a produção de artifícios culturais.

(2025) evite o determinismo biológico, a ênfase do filósofo na “natureza” afetiva universal pode, inadvertidamente, negligenciar como as condições históricas e materiais específicas configuram essa afetividade de maneiras que não são somente variações superficiais, senão constitutivas de diferentes modos de ser humano. Além disso, a proposta de Rukgaber (2025) carece de uma análise mais detida sobre como as estruturas de poder, para além da exclusão institucional genérica, cooptam a própria afetividade e a dependência para fins de dominação, algo que uma ontologia estratificada crítica, como sugerida por Peterson (2010), poderia ajudar a elucidar ao reconhecer a irredutibilidade das categorias sociais e políticas em relação às biológicas, sem negar a dependência difusa destas últimas.

A pretensão de universalidade do Homo alter deve ser confrontada com as críticas feministas e decoloniais. Godoy (2017) mostra que categorias universais, mesmo as bem-intencionadas, frequentemente ocultam vieses androcêntricos e eurocêntricos que apagam experiências específicas de opressão. Ao focar na dependência afetiva como traço definidor, Rukgaber corre o risco de romantizar o cuidado e a intersubjetividade, ignorando, como aponta Godoy via Federici e Lugones, que a gestão desses afetos e do trabalho de cuidado foi historicamente generificada e racializada como ferramenta de controle colonial e capitalista. Paralelamente, Márquez-Fernández (2013) argumenta que a verdadeira libertação do logos filosófico não exige apenas uma nova definição do humano, mas uma *alteridade intercultural* que rompa com a hegemonia monocultural da razão ocidental. A proposta de Rukgaber (2025), embora crítica à tradição europeia, ainda opera dentro de seus quadros conceituais (como a fenomenologia e a antropologia alemã). A inclusão radical que ele almeja talvez necessite, como indica Márquez-Fernández (2013), de uma mediação dialógica que incorpore saberes ancestrais e práticas decoloniais que já concebem o humano como intrinsecamente comunitário e interdependente, não como uma novidade teórica, mas como resistência ontológica. Apesar dessas ressalvas, a obra de Rukgaber é de valor inestimável para acadêmicos,

ativistas dos direitos das pessoas com deficiência e teóricos sociais, já que fornece uma base ontológica sólida para a defesa da dignidade humana para além do capacitismo.

Referências

- BUBER, M. *Eu e tu*. Trad. Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
- FISCHER, J. Philosophical anthropology: a third way between darwinism and foucaultism. In: DE MUL, J. (ed.). *Plessner's philosophical anthropology: perspectives and prospects*. Amsterdam (Países Baixos): Amsterdam University Press, 2014. p. 41-63.
- GODOY, D. Alteridad, diferencia y exterioridad en la filosofía latinoamericana desde una perspectiva feminista. *Cuadernos del CEL*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 60-75, 2017.
- HART, J. G. *The person and the common life: studies in a Husserlian social ethics*. Dordrecht (Países Baixos): Kluwer Academic Publishers, 1992.
- LÉVINAS, E. *Totalidade e infinito*. Trad. José Pinto Ribeiro. 3. ed. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2008.
- MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, Á. B. Filosofía de la alteridad intercultural en América Latina. *Las Torres de Lucca. Revista Internacional de Filosofía Política*, Madrid (Espanha), v. 2, n. 2, p. 7-20, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PETERSON, K. R. All that we are: philosophical anthropology and ecophilosophy. *Cosmos and History: the Journal of Natural and Social Philosophy*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 91-112, 2010.
- RUKGABER, M. *The human as the other: towards an inclusive philosophical anthropology*. London (Reino Unido): Bloomsbury Academic, 2025.
- STASZAK, J.-F. Other/otherness. In: KOBAYASHI, A. (ed.). *International encyclopedia of human geography*. 2. ed. v. 10. [S. l.]: Elsevier, 2020. p. 25-31. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:166340>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- ZEVALLOS, Z. What is otherness?. *Voices: Voices of Interdisciplinary Critical Explorations*, Jaipur (Índia), v. 13, n. 1, p. 1-6, 2023.

Recebido em: 22-12-2025

Aprovado em: 20-07-2026

Fábio Luiz Nunes

Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Formação Docente para a Cultura Digital pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e em Retórica e Análise do Discurso em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Araraquara. Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Profissional técnico-administrativo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).